



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Do *Habitus* à Sociologia Centrada no Indivíduo: uma revisão de conceitos relacionados ao consumo cultural

Adriana Alves Santana¹

Mestranda vinculada ao Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia

Resumo

O artigo a seguir tem como objetivo revisar conceitos relacionados ao consumo cultural, voltando-se para três questões centrais: os possíveis determinantes da prática cultural (o *habitus*, as disposições individuais e relacionais, o território); a posição de não passividade no consumo cultural (o consumidor ativo, a noção de tática); a superação da hierarquia entre hábitos numa pesquisa de consumo (as culturas enquanto modos de vida, para além da arte, com foco nos usos partilhados e significações atribuídas, não no conteúdo). São utilizadas para esse fim reflexões propostas por autores como Bourdieu, Lahire, Certeau, García Canclini, Botelho e R. Williams. Conclui-se a partir dessa revisão de literatura que é tanto necessário que uma pesquisa sobre hábitos culturais considere todas as práticas com igual peso, quanto que sua análise faça uma crítica sobre esses usos, buscando compreender se os meios de acesso a determinadas práticas foram apresentados ou não.

Palavras-chave: consumo cultural; legitimidade cultural; sociologia à escala individual

1. Introdução

Campos (2011), ao fazer uma leitura de Weber (1864-1920), indica que ele reformou o pensamento científico de uma época, ao explicar que, enquanto as Ciências da Natureza se orientam para a construção de leis gerais, as Ciências Sociais devem se ater ao caso individual, à análise da realidade em termos de “individualidades históricas”. As leis nas ciências sociais têm apenas valor heurístico, ou seja, ocupam um lugar preliminar na investigação para a formulação de hipóteses, que posteriormente deveriam ser confrontadas com a realidade concreta a fim de descobrir sua “objetividade”, uma objetividade aspeada por nunca existir por completo de fato, uma vez que é impossível considerar uma total imparcialidade do cientista diante do seu objeto de pesquisa.

Essa contribuição metodológica ajuda a compreender a necessidade do recorte na pesquisa em cultura. Este artigo é o ponto de partida para um trabalho que se volta para o estudo do consumo

¹ Graduada em Comunicação, com habilitação em Produção Cultural, pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Profissionalmente, atua com projetos culturais voltados para a periferia de Salvador e interior da Bahia. No Mestrado, é orientada pela Prof. Dra. Gisele Marchiori Nussbaumer. E-mail: asantana.cultura@gmail.com



cultural no interior da Bahia, em uma cidade específica – Senhor do Bonfim, com 80 mil habitantes –, por meio de um perfil de público específico – estudantes universitários. A pesquisa será composta por duas etapas de campo, uma de caráter quantitativo, onde as pessoas serão consultadas por meio de um questionário padrão, e a segunda na qual um recorte do público será investigado através de entrevistas em profundidade, resultando em uma análise qualitativa. O objetivo é compreender, mais do que o que se consome, quais as disposições que levam a essas práticas, partindo da suposição de que consumir cultura em uma cidade média do interior carrega singularidades que se afastam do consumo empregado em grandes cidades. Entender a “lei” colocada nesse espaço posicionado, através de uma pesquisa de campo e análise sistemática de dados, não permite alcançar o conhecimento sobre todas as cidades do interior da Bahia, mas apenas sobre aquela localidade, deixando aberta a futuras investigações a possibilidade de confirmação de um padrão de dados.

Este artigo propõe-se a revisar três questões que delineiam o tema da pesquisa que se inicia: os possíveis determinantes da prática cultural (o *habitus*, as disposições individuais e relacionais, o território); a posição de não passividade no consumo cultural (o consumidor ativo, a noção de tática); a superação da hierarquia entre hábitos numa pesquisa de consumo (as culturas enquanto modos de vida, para além da arte, com foco nos usos partilhados e significações atribuídas, não no conteúdo). Para tanto, são utilizadas reflexões propostas por autores como Bourdieu, Lahire, Certeau, García Canclini, Botelho e R. Williams. A revisão bibliográfica realizada tem como horizonte o entendimento de que uma pesquisa sobre práticas culturais, ainda que considere em sua análise que as práticas culturais de diferentes naturezas têm o mesmo peso, sejam elas legitimadas socialmente ou não, deve efetuar uma crítica sobre esses usos, buscando compreender se os meios de acesso a determinadas práticas foram apresentados ou negados.

2. A influência do passado incorporado e das disposições individuais no consumo cultural

O consumo cultural é entendido aqui como uma etapa do sistema cultural² relacionada à recepção e fruição dos públicos. Entendida como a única etapa que não exige profissionalização, uma vez que qualquer pessoa pode se tornar público da cultura, sem ela todo ciclo cultural faz-se incompleto (RUBIM, 2007, p. 155-156). Refletir e traçar informações e indicadores sobre esta área

² Rubim (2007, p. 153) defende que o Sistema Cultural é composto por sete etapas: “1. Criação, invenção e inovação; 2. Difusão, divulgação e transmissão; 3. Circulação, intercâmbios, trocas, cooperação; 4. Análise, crítica, estudo, investigação, pesquisa e reflexão; 5. Fruição, consumo e públicos; 6. Conservação e preservação; 7. Organização, legislação, gestão, produção da cultura”.



são ações consideradas por Rubim (2007) como fundamentais para a produção de políticas culturais consistentes.

As principais pesquisas de consumo cultural realizadas até aqui no Brasil³ – sejam nacionais, estaduais ou municipais – têm em comum o olhar voltado para cidades acima de 100 mil habitantes, o que limita nossa compreensão sobre o tema. Assumimos neste trabalho a hipótese de que os hábitos do público das capitais, regiões metropolitanas e grandes cidades se distinguem dos adquiridos por moradores de cidades interioranas, uma vez que os modos de vida nesses tipos de territórios, bem como os espaços culturais disponíveis para se frequentar, diferem significativamente. Perguntas típicas dos questionários utilizados pelas investigações até aqui – “você costuma ir ao cinema?”, “ao teatro?”, “ao shopping?”, “à galeria de arte ou museu?” – deixam de fazer sentido quando direcionadas a moradores de cidades que não dispõem desses espaços. E, em sua substituição, podem aparecer novas questões que evidenciam outros tipos de sociabilidades.

No entanto, é preciso tomar cuidado, ao longo da execução da pesquisa, para não “essencializar” o morador de Senhor do Bonfim, o bonfinense, ou, de maneira mais genérica, o “interiorano”, considerando sua identidade uniforme, homogênea. A consideração da relevância do espaço interiorano nas trajetórias individuais deve se firmar na pesquisa enquanto premissa a ser testada. A noção de diferença proposta por Derrida (2004), a *différance* em contraposição a *différence*, pode nos ajudar a refletir sobre isso, indicando que a distinção entre interior e capital não pode ser simplificada.

O que o motivo da *différance* tem de universalizável em vista das diferenças é que ele permite pensar o processo de diferenciação para além de qualquer espécie de limites: quer se trate de limites culturais, nacionais linguísticos ou mesmo humanos. [...] Eu insisto, a *différance* não é uma oposição, tampouco uma oposição dialética: é uma reafirmação do mesmo, uma economia do mesmo em sua relação com o outro, sem que seja necessário, para que ela exista, congelá-la, ou fixá-la numa distinção ou num sistema de oposições duais. (DERRIDA, 2004, p. 33-34)

Na língua original, o francês, as duas palavras (*différance* e *différence*) têm a mesma pronúncia, jogo pensado propositadamente por Derrida a fim de evidenciar que escritura e fala não

³ Pesquisas nacionais consideradas: Panorama Setorial da Cultura Brasileira 2013/2014 (Gisele Jordão e Renata Alucci), Pesquisa Públicos de Cultura (Sesc/Fundação Perseu Abramo), Pesquisa Nacional sobre Hábitos Culturais (Fecomércio-RJ/Ipsos). Estaduais: Cultura SP - Hábitos Culturais dos Paulistas (JLeiva Cultura e Esporte); O Uso do Tempo Livre e as Práticas Culturais na Região Metropolitana de São Paulo (CEM/USP). Municipais: Cultura e Equipamentos Culturais na Zona Nobre do Rio e de São Paulo (FGV), Hábitos Culturais dos Cariocas (Datafolha), Perfil Cultural dos Cariocas (JLeiva Cultura e Esporte), Cultura em Salvador (JLeiva Cultura e Esporte).



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

guardam necessariamente semelhança. Derrida questiona a definição de Saussure⁴ acerca “do elo de ligação entre significado e significante como facto que assegura a unidade do signo” (CEIA, 2009). A *différance* seria, portanto, a luta contra os significados já estagnados, informando que não há unidade originária, o que tornaria a dominação do “Eu” sobre o “Outro” inapropriada (GUILLEMETTE; COSSETTE, 2009). Desse modo, “o signo é sempre o suplemento de si mesmo” (CEIA, 2009), entendendo “suplemento” como aquilo que supre qualquer falta (SUPLEMENTO, 2015). Pensando no tema desta pesquisa em curso, podemos dizer que a concepção de uma cidade do interior carrega por si só diferenças que não dependem da comparação com a capital. O olhar para essas singularidades permite sua compreensão sem a necessidade de uma constante referência à outra unidade, ou seja, à metrópole, assim como convoca seu entendimento a partir da complexidade de significados.

Esse postulado está em consonância com o pós-estruturalismo, que justamente estimula o pesquisador a operar criticamente dentro de uma situação, ao invés de impor algo de fora dela. A concepção de que “os limites do conhecimento têm um papel inevitável em seu âmago” (J. WILLIAMS, 2012a, p. 13) explica que um conhecimento é definido por seus limites e não pode existir sem eles. Não haveria, portanto, uma oposição entre normal X desvio, centro X limite. O limite será então definido como diferença, não entre coisas identificáveis (como sugeriria o estruturalismo), mas no sentido de variações abertas, definição que altera o “senso de seu papel como verdade e valor estáveis” (J. WILLIAMS, 2012a, p. 16).

Isso quer dizer, no caso do consumo cultural, que as ausências não podem ocupar um lugar marginal. As fragilidades e limites no consumo devem ocupar lugar central na pesquisa, ou seja, a premissa de que “o limite é o cerne” deve ser empregada. Desse modo, a pergunta crucial parece ser: o que o não consumo, enquanto limite, nos diz? Não que essa categoria exista de fato, mas entendemos “não consumo” como a) o distanciamento de práticas legitimadas e legitimadoras e b) a falta de mobilidade entre categorias culturais diversas, que daria lugar à combinação de múltiplas práticas. A análise das ausências no consumo deve, portanto, estimular a operação que levará ao acesso, ou melhor, à ampliação do vocabulário de práticas.

⁴ Definição presente em “Curso de Linguística Geral” (em francês “Cours de linguistique générale”), obra póstuma de Ferdinand de Saussure publicada em 1916.



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Seguindo essa direção, a pesquisa voltada para o público universitário de Senhor do Bonfim pretende averiguar os contextos em que as práticas culturais se efetuem e quais as disposições individuais ou influências relacionais (conjugais, de amigos, família etc.) que interferem no consumo (ou que o desestimulam), seguindo a metodologia desenvolvida por Lahire (2006). Se o gosto, como sugere o autor, aparece muitas vezes como consequência e não como causa da prática cultural, compreender quais disposições levam à prática, e, portanto, ao desenvolvimento do gosto, permitiria a construção de políticas voltadas para formação de públicos. As análises pormenorizadas a respeito dos hábitos de determinada população também permitem entender o grau de apropriação que ela estabelece com cada produto, meio ou equipamento cultural, bem como as variáveis individuais que levam a tal. Essa perspectiva avança sobre as contribuições de Bourdieu (1974; 1996 apud LAHIRE, 2006) a respeito da influência dos graus de escolaridade e classe social no consumo cultural. Sem negá-la, o que Lahire propõe é uma abordagem que examine as variações intraindividuais do público para além das diferenças entre os grupos, compreendendo que diferentes socializações fomentam diferentes práticas. Dando cabo a um programa de sociologia à escala individual, o que o autor propõe é um estudo que apreenda o social refratado num corpo individual, que atravessa instituições, grupos e campos de luta diferentes.

Fazendo uma análise sobre as diferenças entre as ideias de Bourdieu e Lahire, Alves (2016) explica que o segundo autor ultrapassa a invocação do passado incorporado, investigando a constituição social e as modalidades de atualização desse passado, bem como os modos de socialização que formam tais disposições. Vai, portanto, além da evocação das operações do *habitus* bourdeusiano, investigando seus mecanismos de consolidação e de suspensão/ação ou de inibição/ativação. Isso leva em conta que cada indivíduo é portador de uma pluralidade de disposições e atravessa uma pluralidade de contextos sociais. Um exemplo disso é o jovem que em casa, sozinho, ouve jazz, mas em festas, em companhia dos amigos, ouve pagode. Ou mesmo aquele que, em relação ao audiovisual, é fiel tanto a novelas na TV aberta, quanto a documentários na TV fechada e dramas no cinema. Os exemplos são pertinentes para ilustrar a concepção de Lahire de que os indivíduos “podem fazer parte de públicos diversificados e até mesmo heterogêneos para constatar que não há uma fronteira definitiva entre legitimidade cultural e ilegitimidade cultural, separando as classes dominantes das classes dominadas.” (ALVES, 2016, p. 316).



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

O *habitus* de Bourdieu é compreendido como a interiorização das estruturas sociais pelo agente. Dito de outro modo, trata-se da tendência da sociedade a reproduzir nos indivíduos suas estruturas (políticas, econômicas, valores), reprodução inconsciente que se manifesta em posicionamentos que parecem escolhas pessoais, mas não são. Como explica Coelho (2008, p. 27-28)

Essas disposições se formam e se adquirem através de uma série de condicionamentos produzidos por modos de vida determinados e são como a materialização, a corporificação da memória coletiva reproduzindo nos descendentes aquilo que foi adquirido pelos antepassados. [...] É esse *habitus*, ainda, o responsável pela “naturalização” de traços característicos desse indivíduo ou grupo, quer dizer, por apresentar como próprios e, não raro, inelutáveis (porque *naturais, tradicionais*), um conjunto de atitudes, comportamentos, ideias, reações, expressões etc. É ainda o *habitus* que explica a homogeneização do gosto [...] e torna compreensíveis e, mais que isso [...], *previsíveis* as preferências e as práticas de cada uma das pessoas componentes desse grupo e do grupo ele próprio.

Esse conceito diz, portanto, que determinado grupo está inclinado a adquirir determinadas práticas, pois o *habitus* gera esquemas comuns de percepção, pensamento e ação. Cada sistema de disposições individual seria considerado como uma variante estrutural dos outros da mesma classe. Alves (2016) lembra que essa suposta constância – que tornaria incomum, por exemplo, que uma pessoa ascendendo a outra classe social passe a incorporar outras práticas (histerese) – é uma das principais críticas que se faz à teoria de Bourdieu, bem como a que se refere a sua desconsideração no que se refere à capacidade reflexiva e discursiva do agente.

É preciso, no entanto, superar uma das principais incorreções cometidas na interpretação do *habitus*: ele “não é necessariamente coerente e unificado, mas revela graus variados de integração e tensão dependendo da compatibilidade e do caráter das situações sociais que o produziram ao longo do tempo” (WACQUANT, 2007, p. 68). Trata-se da mesma constatação feita por J. Williams (2012b) a partir da leitura de Deleuze, de que a estrutura serve à transformação, não à reprodução e repetição. “A estrutura é uma parte viva das coisas. É-lhes a intensidade e a fonte do vir a ser e da mudança.” (J. WILLIAMS, 2012b, p. 84).

Sobre a capacidade ativa do agente, deixada de lado de algum modo por Bourdieu, podemos abordá-la a partir do conceito de tática em oposição ao de estratégia, conforme proposto por Certeau (1994). Anteriormente a Lahire, esse autor já tinha refletido sobre o agente enquanto ser-individual-social, ou seja, se o indivíduo está no centro da questão, não significa que tenha autonomia absoluta, pelo contrário, ele é influenciado por uma cultura preexistente, definido por suas práticas sociais. A



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

individualidade seria, portanto, “o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais.” (CERTEAU, 1994, p. 37-38).

Essa pluralidade, que vai se mostrar incoerente em alguns casos, é o que permite ao indivíduo desviar da leitura sugerida pelo produtor de determinado conteúdo, num ato de “antidisciplina”, uma espécie de resistência em relação às imposições sociais. O consumo de bens culturais e materiais permite sempre apropriações e ressignificações imprevisíveis, modificadoras de pretensões previstas na origem. Concorda com isso Canclini (2010), que entende o consumidor cultural como um agente ativo, cujo uso de produtos, serviços e, conseqüentemente, valores, diz muito sobre si, mas também sobre a sociedade, os grupos e as localidades em que ele vive. Isso leva ao conceito de táticas em Certeau (1994), entendidas como ações desviacionistas, que geram efeitos imprevisíveis sobre uma ordem estabelecida pelas estratégias, que correspondem à força empregada por um agente/instituição detentora de algum tipo de poder. “Em oposição às estratégias – que visam produzir, mapear e impor – as táticas originam diferentes *maneiras de fazer*. Resultam das astúcias dos consumidores e de suas capacidades inventivas, possibilitando aos atores escaparem às empresas de controle e tomarem parte no jogo em questão.” (PEREIRA; SARTI, 2010, p. 198).

3. O consumo entre a legitimidade e a não legitimidade

É da constatação do desvio e da não passividade, pelo contrário, da implicação da invenção e criatividade na ação da leitura, que Chartier (1995) definirá a cultura popular, conceito importante para a pesquisa em questão, uma vez que ela irá se debruçar sobre modos de vivenciar a cultura que dialogam com as práticas populares. Superando duas definições disseminadas sobre a cultura popular – a que a vê como um sistema simbólico autônomo, alheia à “cultura letrada”, e a que a entende como dependente de referência a uma cultura dominante, associada a carências –, o autor diz que a chave de compreensão está em olhar para os modos de uso dessa cultura, as práticas sociais, as modalidades que são apropriadas, rejeitando a análise restrita ao conteúdo.

Desse modo, o "popular" não se encontra nos objetos, não é palpável, ele se encontra sim nas práticas sociais que se adaptam. Através da apropriação é que se dá a operação de "produção de sentido" por parte dos setores não hegemônicos. É através dela que a recepção se torna "rebelde", onde ocorre o desvio, nos termos já colocados por Certeau. Em tese, o que distinguiria um leitor ou outro não seria a prática cultural que realizam (se vão ao teatro ou assistem televisão), mas sim os



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

modos como se apropriam dessas práticas. No entanto, o autor lembra que é preciso superar uma ingenuidade que poderia supor, a partir do que foi dito, que, a depender do modo como uma prática é apropriada, pode ela ser legitimada socialmente. Isso não é verdadeiro, visto que um baile funk, ainda que estoure globalmente, vai continuar associado à cultura negra e da favela, o que lhe atribui um determinado status que impõe disputas.

Se permite romper com uma definição ilusória da cultura popular, a noção de apropriação, utilizada como instrumento de conhecimento, pode também reintroduzir uma nova ilusão: a que leva a considerar o leque das práticas culturais como um sistema neutro de diferenças, como um conjunto de práticas diversas, porém equivalentes. Adotar tal perspectiva significaria esquecer que tanto os bens simbólicos como as práticas culturais continuam sendo objeto de lutas sociais onde estão em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração (ou, ao contrário, sua desqualificação). (CHARTIER, 1995, p. 184).

Essa pesquisa avançará sobre as ideias de Chartier a fim de evitar uma oposição simplificadora entre as culturas populares e eruditas, visto que no Brasil essa segunda categoria aparece como simulacro, noção apresentada por Santiago (2000). O simulacro é a cópia mal feita, distinta de uma cópia bem fundamentada, que guardaria semelhança com a estrutura que copiou. Trata-se de uma máscara que alguém coloca para se tornar o outro, sem, no entanto, conseguir efetivar isso, nem mesmo retornar à posição original, a ser quem era antes de pôr a máscara. A cultura brasileira estaria imersa nesse dilema, onde a máscara seria um molde formado por referências europeias. Dessa forma, a caracterização do erudito, em oposição ao popular e massivo, deve ser feita tendo essa concepção como norte: o erudito no Brasil é um simulacro.

Acerca da hierarquização de formas culturais, Eagleton (2003) fez uma breve abordagem a respeito ao definir o que seria uma “cultura comum” – aquela experimentada pelo indivíduo de forma ao mesmo tempo consciente e inconsciente – a partir do pensamento de Eliot (1948). Segundo Eagleton, esse autor acredita que ela pode ser vivenciada de dois modos: inconscientemente pelo povo e de forma autorreflexiva pela minoria (a elite dominante). A diferença não se daria, portanto, entre os tipos de cultura, mas entre os graus de consciência. Eagleton vai dizer que essa é uma posição conveniente e conservadora, na medida em que desconsidera as “capacidades populares” de reflexão e raciocínio.

Os dois significados essenciais da palavra “cultura” são, assim, socialmente distribuídos: a cultura como um corpo de obras artísticas e intelectuais fica reservada a uma elite, enquanto a cultura no seu sentido antropológico pertence às pessoas comuns. (EAGLETON, 2003, p. 152)



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Coelho (2008, p. 36) concorda com essa compreensão, ao dizer que “Para que algo seja realmente cultural, o senso crítico deve ter, nisso, uma presença marcante.”. Ele vai até além, ao separar a arte e a cultura em categorias diferentes: a cultura serviria ao coletivo, ao convencional, e a arte ao indivíduo, à liberdade. Segundo o autor, o princípio da arte é o da invenção, enquanto o da cultura é o da reprodução (como indicaria o *habitus*). Tais concepções conservadoras, e que implicam uma leitura distorcida de Bourdieu, pretendem tornar estrito o conceito de cultura, excluindo a sua concepção antropológica, como o autor reforça ao longo do seu trabalho.

Outra leitura possível relacionada às hierarquias que envolvem a compreensão da palavra cultura pode ser feita a partir dos conceitos de hegemonia, antropocentrismo e eurocentrismo, que geraram distorções históricas que ainda permitem a um povo dominar o outro. Said (1990) desenvolveu uma importante reflexão sobre “territórios imaginários” que nos ajuda a pensar a questão colocada. Seu trabalho entende que o olhar para o outro a partir da nossa própria perspectiva gera equívocos, já que sempre há certa medida de puramente arbitrário na maneira como são vistas as distinções entre as coisas. É possível que a vários objetos ou lugares sejam atribuídos papéis e significados dados que adquirem validade objetiva só depois que essas atribuições acontecem. O “outro” é, pois, menos um dado objetivo e mais uma criação imaginária do poder.

Defendemos, portanto, contra o olhar restritivo de Eliot e Coelho, a posição de R. Williams (1979), que define a cultura como modo inteiro de vida, entendendo ainda que uma cultura comum envolve a construção colaborativa dos significados, com a participação plena de todos os seus membros, ou seja, de modo democrático (R. WILLIAMS, 1958 apud EAGLETON, 2003). Compreendemos a cultura de maneira alargada e, assim como fizeram Botelho e Fiori (2004) em sua pesquisa sobre o uso do tempo livre na Região Metropolitana de São Paulo, neste trabalho buscaremos nos “afastar do que é norma neste tipo de investigação onde a cultura erudita é geralmente privilegiada, já que ela representa o segmento sobre as quais as estruturas governamentais se debruçam, em função de sua legitimidade.” (BOTELHO; FIORI, 2004, p. 3). Faremos isso a fim de subverter as oposições estabelecidas, acreditando que não há causas dotadas de um bem eterno e absoluto, mas sim que elas são corretas num momento particular, em uma situação particular (J. WILLIAMS, 2012a). Deve-se, portanto, assumir a desconstrução proposta por Derrida, que “consiste em desfazer, sem nunca destruir, um sistema de pensamento hegemônico ou dominante [...] com a



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

ajuda do próprio material deslocado, movido com fins de reconstruções cambiantes.” (DERRIDA, 2004, p. 9)

Por fim, é necessário ressaltar que a aproximação com uma Sociologia centrada no indivíduo não pretende esvaziar a força constituinte da memória coletiva, dos ritos, das singularidades do território para onde a pesquisa se volta. É preciso aceitar essa herança, nos termos propostos por Derrida (2004, p. 9):

é preciso saber e saber reafirmar o que vem ‘antes de nós’, e que portanto recebemos antes mesmo de escolhê-lo, e nos comportar sob esse aspecto como sujeito livre. [...] Reafirmar, o que significa isso? Não apenas aceitar essa herança, mas relançá-la de outra maneira e mantê-la viva.

Nesse sentido, o trabalho em questão dialoga também com o conceito de mapas afetivos, que buscam revelar as lembranças dos agentes relacionadas a um local, evidenciando seus lugares da memória, seus pontos mais marcantes na cidade e em seu cotidiano (VETTORASSI, 2014 apud CIASCA, 2017). Compreende-se, assim, que imergir nos hábitos das pessoas já é imergir no seu cotidiano e nos afetos que elas carregam.

4. Considerações finais

Concepções que poderíamos crer ultrapassadas, como a noção de que há culturas mais legítimas que outras, continuam em vigor não apenas no senso comum, mas entre estudiosos da nossa área de pesquisa. Mostra-se necessário continuar revendo conceitos como esses, a fim de avançar sobre eles. Esse artigo, em parte, se prestou a esse objetivo. A revisão de literatura nos ajuda a fazer conexões entre pensamentos de diferentes épocas e estimula a recriar nosso ponto de partida.

A costura teórica feita neste artigo serviu para lembrar uma questão incorporada desde a escrita do projeto de pesquisa: é preciso tomar cuidado para não tratar as categorias de práticas culturais registradas pelo público a partir de um ponto de vista da legitimidade *versus* não legitimidade, como se houvesse de fato uma “cultura legítima” única. Opor o legítimo e o ilegítimo seria ingressar em uma sociologia das desigualdades, ou seja, das distâncias das classes em relação às formas culturais dominantes. Ao mesmo tempo, considerando que essa legitimidade é construída socialmente, como negá-la? Como pesquisar o consumo cultural e não mencionar que ir a um concerto é mais distintivo que ir a um show popular, do ponto de vista social?



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

A chave para essa reflexão parece ser a defendida por Weber (1992): a pesquisa em cultura deve se afastar dos juízos de valor, ou seja, é preciso descrever sem valorar. É preciso também ter em vista a compreensão sobre democracia cultural, que não faz a defesa estrita das práticas legitimadas, mas sim considera fundamental que sejam oferecidas a todos a possibilidade de acessá-las, para decidirem se gostam ou não de algumas delas, ou seja, colocando os meios à disposição das pessoas, como apontado por Botelho e Fiore (2004). Em resumo, é tão necessário que uma pesquisa sobre consumo cultural considere todas as práticas com igual peso, quanto que sua análise faça uma crítica sobre esses usos, buscando compreender se os meios de acesso a determinadas práticas foram apresentados ou não.

Além disso, o pensamento pós-estruturalista já nos ensinou que uma leitura coloca sempre uma cadeia de significantes e significados em relação, portanto, um significado não é fixo, vai se alterando a partir das trocas (J. WILLIAMS, 2012a). Isso permite outra ponderação sobre a questão colocada acima. Segundo a concepção da cultura legitimada, ir a um concerto é mais distintivo do que a um show de forró. Assim, um consumidor de música clássica será identificado como mais inteligente, na acepção do senso comum que as palavras “cultura” e “civilizada” possuem, do que um consumidor de shows de bandas que circulam pela indústria massiva, como são os grupos de forró. No entanto, esse esquema de leitura não é único, e pode andar ao lado de outro: em determinado contexto, aquele que prefere a música clássica, em especial se for jovem e residir em uma comunidade que possui uma tradição de consumo de forró, pode ser visto como uma pessoa chata, entediante, deslocada, que, por não se relacionar com a cultura local, se fecha em outro mundo. Pelo contrário, o consumidor de forró naquela localidade seria validado socialmente e seu gosto tido como distintivo, em especial se a estrutura dos ambientes em que frequenta possuir certo glamour, com ingressos caros, a presença de pista open bar, camarotes etc. Isso faz lembrar que a legitimidade não está dada a priori, ela só existe se os membros de uma comunidade analisada considera determinada prática mais distintiva ou superior à outra. Sem dúvidas, essa é uma concepção sobre a qual uma pesquisa sobre consumo cultural deve se atentar.

Autores como Bourdieu, Lahire, Certeau e Botelho citados aqui não só contribuem para a reflexão dessas questões por meio de suas teorias, mas também dos seus esforços empreendidos em pesquisas de campo realizadas na França e no Brasil. Outros autores, brasileiros ou estrangeiros, virão para trazer novos estímulos ao longo da execução da pesquisa.



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

Referências

ALVES, A. R. C. Dos habitus de classe aos patrimônios individuais de disposições: reflexões sobre a prática em Pierre Bourdieu e Bernard Lahire. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 18, n. 42, p. 294-327, mai./ago. 2016. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/56262/38353>>. Acesso em: 30 mai. 2017.

AIRES, J. D. M.; NASCIMENTO, G. G. O sentido da objetividade do conhecimento nas Ciências Sociais para Max Weber. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, Juiz de Fora, ano 7, n. 15, p. 24-34, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/viewFile/2260/1607>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

BOTELHO, I.; FIORE, M. O uso do tempo livre e as práticas culturais na Região Metropolitana de São Paulo. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004. **Anais eletrônicos do VIII CONLAB**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004. Disponível em: <http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/IsauraBotelho_MauricioFiore.pdf>. Acesso em: 14 jan. 2017.

CAMPOS, D. V. O historicismo em Max Weber. **Perspectivas**, São Paulo, v. 40, p. 147-175, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/viewFile/4834/4081>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

CEIA, C. **Différance**. E-dicionário de termos literários, 2009. Disponível em: <<http://edtl.fctsh.unl.pt/encyclopedia/difference/>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHARTIER, R. Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 16, p. 179-192, 1995. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2005>>. Acesso em: 10 jun. 2017.

CIASCA, K. N. M. Memória, identidade e território: mapas afetivos como indicadores de hábitos culturais. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 13., 2017, Salvador. **Anais eletrônicos do XIII ENECULT**. Salvador: UFBA, 2017. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/consulta&relatorio/rel_download.asp?nome=88193.pdf>. Acesso em: 03 set. 2017.

COELHO, T. **A cultura e seu contrário: cultura, arte e política pós-2001**. São Paulo: Iluminuras; Itaú cultural, 2008. Disponível em: <<http://www.itaucultural.org.br/os-livros-do-observatorio/a-cultura-e-seu-contrario/>>. Acesso em: 20 jun. 2017.

DERRIDA, J. **De que amanhã: diálogo Jacques Derrida & Elizabeth Roudinesco**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004. p. 9-46.

EAGLETON, T. Para uma cultura comum. In: EAGLETON, T. **A ideia de cultura**. 1. ed. Lisboa: Actividades Editoriais, 2003. cap. 5, p. 145-167.



COMUNICON2018
congresso internacional
comunicação e consumo

6º SIMPÓSIO INTERNACIONAL
7º ENCONTRO DE GTS DE PÓS-GRADUAÇÃO
3º ENCONTRO DE GTS DE GRADUAÇÃO

GUILLEMETTE, L; COSSETTE, J. Deconstruction and différence. Tradução de Vitor de Queiroz. Colunas Tortas, 2009. Disponível em: <<http://colunastortas.com.br/2015/07/23/jacques-derrida-desconstrucao-e-difference/#indice9>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

LAHIRE, B. **A cultura dos indivíduos**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

PEREIRA, M. H. de F.; SARTI, F. M. A leitura entre táticas e estratégias: consumo cultural e práticas epistolares. **Revista História da Educação**, Pelotas, v. 14, n. 31, p. 195-217, mai./ago. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/28855>>. Acesso em: 03 set. 2017.

RUBIM, A. A. C. Políticas culturais: entre o possível e o impossível. In: NUSSBAUMER, G.M. (org.). **Teorias e Políticas da Cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: Edufba, 2007. p.139-158.

SAID, E. O âmbito do orientalismo. In: SAID, E. **Orientalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. cap. 1, p. 41-82

SANTIAGO, S. O entre-lugar do discurso latino-americano. In: SANTIAGO, S. **Uma literatura nos trópicos: ensaio sobre a dependência**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000. cap. 1, p. 9-26.

SOUSA FILHO, A. de. **Michel de Certeau: fundamentos de uma sociologia do cotidiano**. Natal: [2011?]. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/alipiosousa/index_arquivos/ARTIGOS%20ACADEMICOS/ARTIGOS_PDF/Michel%20de%20Certeau%20-%20fundamentos%20de%20uma%20sociologia%20do%20cotidiano.pdf> . Acesso em: 03 set. 2017.

SUPLEMENTO. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Editora Melhoramentos, 2015. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/suplemento/>>. Acesso em: 23 abr. 2018.

WACQUANT, L. Esclarecer o habitus. **Revista Educação & Linguagem**, São Paulo, ano 10, n. 16, p. 63-71, jul./dez. 2007. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/126/136>>. Acesso em: 03 set. 2017.

WEBER, M. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: WEBER, M. **Metodologia das ciências sociais**. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da Unicamp, 1992. cap. 2, p. 107-154.

WILLIAMS, J. O que é o pós-estruturalismo? In: **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2012a. cap. 1, p. 13-45.

WILLIAMS, J. Pós-estruturalismo como filosofia da diferença. In: **Pós-estruturalismo**. Petrópolis: Vozes, 2012b. cap. 3, p. 83-117.

WILLIAMS, R. Teoria Cultural. In: WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979. cap. 2, p. 77-142.